

BR MOBILIDADE BAIXADA SANTISTA SPE S.A.

C.N.P.J. nº 21.659.864/0001-90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

17. Custos, receitas (despesas) operacionais: Apresentamos a seguir, as receitas, custos e despesas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	31/12/2023	31/12/2022
Custos		
Pessoal	(107.455)	(95.422)
Combustível e lubrificantes	(58.783)	(67.606)
Materiais de manutenção e reparo	(8.630)	(12.384)
Depreciação e amortização	(18.510)	(16.199)
Outros custos operacionais	(15.104)	(12.204)
Prestação de serviços	(5.090)	(3.944)
Pneus e materiais de rodagem	(1.380)	(966)
Arrendamento mercantil e locação de bens	(566)	(364)
Total custos	(215.518)	(209.089)
Despesas comerciais		
Pessoal	(1.861)	(1.659)
Despesas com venda de passagens e agências	(548)	(448)
Arrendamento mercantil e locação de bens	(161)	(144)
Outras despesas comerciais	(128)	(81)
Total despesas comerciais	(2.698)	(2.332)
Despesas gerais e administrativas		
Prestação de serviços	(21.485)	(27.129)
Pessoal	(8.858)	(6.751)
Outras despesas administrativas	(8.626)	(6.320)
Despesas tributárias	(1.069)	(745)
Depreciação e amortização	(881)	(378)
Arrendamento mercantil e locação de bens	(71)	(15)
Provisão e reversão de contingências	733	(762)
Total despesas administrativas	(40.257)	(42.100)
Outras receitas operacionais		
Recuperações eventuais	5.834	5.417
Outras receitas operacionais	211	259
Total outras receitas operacionais	6.045	5.676

18. Resultado financeiro:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	9.235	8.904
Receitas de aplicações financeiras	371	997
Juros ativos	8.264	7.004
Variações monetárias ativas	20	278
Outras receitas financeiras	4	-
Ajuste a valor presente	576	625
Despesas financeiras	(22.401)	(22.567)
IOF	(93)	(245)
Juros passivos	(3)	(180)
Tarifas bancárias	(369)	(467)
Comissão sobre captação de recurso	(369)	-
Juros sobre arrendamento de direitos de uso	(3.725)	(5.333)
Juros/encargos sobre empréstimos e financiamentos	(11.456)	(12.863)
Taxa Administrativa - Consórcio	(1.193)	-
Variações monetárias passivas	(3.090)	(3.064)
Ajuste a valor presente	(1.480)	-
Outras despesas financeiras	(623)	(415)
Total	(13.166)	(13.663)

19. Imposto de renda e contribuição social: a) **Imposto de renda e a contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas aplicadas para a determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças Temporárias:		
Depreciação econômica x fiscal	(9.770)	(6.819)
Provisão de estimativa para crédito de liquidação duvidosa	1	1
Provisão para demandas judiciais e administrativas	241	258
Provisão para obsolescência	41	41
Impacto do arrendamento de direitos de uso	246	181
Totais débitos / créditos fiscais líquidos	(9.241)	(6.338)
Ativo não circulante	529	481
Passivo não circulante	(9.770)	(6.819)
Total	(9.241)	(6.338)

	31/12/2023	31/12/2022
b) Análise da alíquota efetiva do imposto de renda e a contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, calculados pela aplicação da alíquota fiscal, combinada com as despesas debitadas ao resultado, estão assim apresentados:		
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	121.040	47.407
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada	(41.154)	(16.118)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Provisões temporárias	(100)	(311)
Despesas não dedutíveis ou tributáveis	(366)	(104)
Adições permanentes	(8.875)	(10.875)
Exclusões permanentes	11.155	13.423
Incentivos fiscais - PAT	637	277
Incentivos fiscais - subvenção (Lei do Bem)	337	393
Incentivos a Cultura e Esporte	819	-
Parcela Isenta do Adicional de 10%	24	24
IRPJ e CSLL apurados	(37.523)	(13.291)
Corrente	(34.619)	(15.404)
Diferido	(2.904)	2.113
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(37.523)	(13.291)
Alíquota efetiva	-31,0%	-28,0%

	31/12/2023	31/12/2022
c) Imposto de Renda e Contribuição Social e diferidos:		
Tributos correntes	(34.619)	(15.404)
Imposto de renda corrente	(25.329)	(4.263)
Contribuição social corrente	(9.654)	(11.534)
Receita Subvenção IRPJ	266	287
Receita Subvenção CSLL	98	106
Tributos diferidos	(2.904)	2.113
Imposto de renda diferido	(2.135)	1.554
Contribuição social diferida	(769)	559
Total	(37.523)	(13.291)

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: O instrumento financeiro utilizado pela Companhia corresponde a caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e a pagar nacionais, arrendamentos financeiros e os empréstimos e financiamentos, contratados em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos, classificados como instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir: a) **Política de gestão de riscos financeiros:** A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados periodicamente os limites de crédito. A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados às atividades, à flutuação das taxas de juros com o intuito de minimizar os efeitos, a Companhia utiliza instrumentos de acordo com a política de gerenciamento de risco estabelecida, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos adequadamente a cada circunstância e riscos inerentes para suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

b) **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz

para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. c) **Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. d) **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração. e) **Risco com taxas de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas. f) **Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **Caixa e equivalentes de caixa:** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **Conta a receber e a pagar:** Registrados com base no valor nominal dos títulos e avaliado pelo conceito de custo amortizado. **Empréstimos, financiamentos e arrendamentos:** Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado, foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrado com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativos ao valor justo p/ meio do resultado	Custo amortizado	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	18.970	-	3.881
Conta a receber	-	15	-	2.252
Partes relacionadas	-	131.838	-	121.662
Outros créditos	-	5.457	-	37.842
Total	-	156.280	-	165.637
		31/12/2023		31/12/2022
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Fornecedores	-	9.069	-	7.766
Risco sacado a pagar	-	10.602	-	22.727
Empréstimos e financiamentos	67.643	11.819	92.041	12.900
Arrendamentos a pagar	-	30.659	-	40.142
Arrendamentos por direito de uso	-	8.537	-	13.496
Partes relacionadas	-	1.885	-	1.836
Outras	-	199	-	49
Obrigações	-	199	-	49
Total	67.643	72.770	92.041	98.916

DIRETORIA

Maria Zélia Rodrigues de Souza França
Diretora

Paulo Sérgio Coelho
Diretor

Kelly C. Tonin Damasceno
Controladora - CRC SP-214086/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **BR Mobilidade Baixada Santista SPE S.A.** Santos - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da BR Mobilidade Baixada Santista SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Mobilidade Baixada Santista SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Bases para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Transações com partes relacionadas
Conforme Nota Explicativa nº 5, a Companhia possui transações com partes relacionadas,

principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e de profissionais relacionadas à área administrativa. Essas transações foram contratadas em condições comerciais definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia

e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

g) Gestão de capital: A Companhia busca a otimização de sua estrutura de capital com a finalidade de satisfazer suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital adequada para os custos financeiros. O quadro a seguir demonstra a estrutura de capital da Companhia com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros.

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	(79.462)	(104.941)
Arrendamentos financeiros	(30.659)	(40.142)
Arrendamentos por direito de uso	(8.537)	(13.496)
Caixa e equivalentes de caixa	18.970	3.881
Dívida líquida	(99.688)	(154.698)
Patrimônio Líquido	(145.053)	(100.718)
Total do capital	(244.741)	(255.416)
Índice de alavancagem financeira	40,7%	60,6%

(*) Total do capital é determinado por meio da somatória da dívida líquida com o patrimônio líquido; e (**) Índice de alavancagem financeira é determinado pela divisão da dívida líquida pelo capital total. **21. Cobertura de seguros (não auditado):** Devido à natureza de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de desembolsos ocasionados, principalmente, por sinistros de trânsito. Para garantir exposição menor a estes riscos a Companhia possui cobertura de seguros conforme necessidades específicas de cada filial, contratos de prestações de serviços ou contratos de concessão, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros em conformidade com o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. As coberturas de seguros são: **Responsabilidade civil para danos causados a terceiros:** São contratados Seguros de Responsabilidade (RC/VLT).

	RCF-VLT	Vigência
Danos materiais (incêndio, queda de raio, explosão, implotão e fumaça)	100.000.000,00	23/05/2023 à 23/05/2024
Garantia obrigatória contratual: Os seguros de garantia são contratados pela concessionária, conforme exigência do poder concedente, em caso de irregularidades na prestação de serviço de transportes de passageiros.		

Beneficiário	Garantia	LMI	Vigência
EMTU	Prestação de serviços	59.841.482,61	26/01/2023 à 26/01/2024
EMTU - VLT	Executante concessionário	210.823,92	29/12/2023 à 23/05/2024
CPFL	Compra e venda de energia	219.204,18	01/01/2023 à 31/12/2024

Outros seguros: As demais situações de seguros contratadas pela Companhia são:

Seguros contratados	Cobertura	Vigência
Veículos de apoio	150.000,00	06/03/2023 à 06/03/2024
Fiança locatícia	210.823,92	10/06/2023 à 10/06/2024
Vida em grupo para colaboradores	3.000,00 a 600.000,00	01/12/2023 à 30/11/2024
Riscos diversos em quichês de venda de passagens	10.000,00 a 2.500.000,00	23/09/2023 à 23/09/2024
Seguro patrimonial (incêndios, roubos, danos materiais)	200.000,00 a 5.300.000,00	21/07/2023 à 21/07/2024

22. Eventos subsequentes: Reforma Tributária: Em dezembro de 2023, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de nº 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês. O principal objetivo, será a Simplificação do Sistema Tributário Atual. O texto prevê um teto para manter constante a carga tributária sobre o consumo, tendo como o principal efeito, a unificação de cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS). Em contrapartida, serão divididas entre os níveis: I) federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços e IS: Imposto Seletivo); II) estadual (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). Ainda, foi proposto a criação de fundos para a recomposição das concessões de incentivos fiscais e para o desenvolvimento regional, e a realocação de tributos, como o ITCMD e o IPVA. O período de transição para o novo modelo tributário deverá ocorrer de forma gradativa e com etapas distintas até a sua conclusão. Para o exercício de 2024, a Companhia acompanhará as publicações das Leis Complementares e Ordinárias, para que possa se adaptar às novas regulamentações propostas, bem como, avaliar os impactos em suas operações.

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/O-1

Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a Infraestrutura
da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>